

CORPOGRAFAR (RE)EXISTÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS NEGROS DE PORTO ALEGRE

Mariana Gonçalves da Silva¹

<https://orcid.org/0000-0003-3276-5510>

Carolina dos Reis²

<https://orcid.org/0000-0001-6482-2677>

Resumo:

Este artigo objetiva reafirmar a presença de territórios negros no centro da cidade de Porto Alegre por meio da arte e cultura negra. Para tanto, buscamos corpografar as práticas de (re)existência diante das lógicas excludentes e segregacionista que expulsam os corpos negros do centro para as margens da cidade. Analisamos, assim, esses processos de higienização e evidenciamos a formação de territórios negros da capital gaúcha.

Palavras-chave: Territórios Negros. Corpografia Negra Urbana. Performance. Cidade.

CORPOGRAPHING (RE)EXISTENCES IN BLACK TERRITORIES FROM PORTO ALEGRE

Abstract:

This paper aims to restate the presence of black territories in the city of Porto Alegre by means of black art and culture. In order to do that, we sought to corpograph the practices of (re)existence in the face of the excluding, segregationist logic that has expelled black bodies from the city center to the outskirts. We have then analyzed the formation of black territories in the capital of the State of Rio Grande do Sul.

Keywords: Black Territories. Urban Black Corpography. Performance. City.

¹ **Mariana Gonçalves da Silva** é Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS e integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação. E-mail: marigdasrs@hotmail.com.

² **Carolina dos Reis** é Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS e integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação. E-mail: carolinadosreis@gmail.com.



O corpo é diverso, integrado e ancestral.
O corpo é um universo e uma singularidade.
O Corpo é um conceito.
Corpos moleculares é matéria.
Corpos imateriais é cultura.
O corpo é um conceito de integração.
O corpo é o território da cultura.
A cultura é o território do corpo.
A cultura se movimenta no corpo.
O corpo movimenta a cultura.
A cultura está no movimento do corpo.
O corpo é o movimento da cultura.
A cultura é um corpo que se movimenta.
O corpo é metáfora da cultura.
O corpo é um gozo.
O corpo é um sofrimento.
A energia é um corpo desterritorializado.
A matéria é um corpo territorializado.
O corpo funciona por analogia e função.
O corpo é um mito.
O corpo é imanência.
A transcendência é um corpo transparente.
Um corpo transcendente é um corpo desterritorializado de matéria.

Eduardo David de Oliveira (2005, pp. 126-128)

1. Introdução ao Território

Qual o lugar do corpo do pesquisador na pesquisa? Alguns autores buscaram refletir sobre a indissociabilidade entre mente e corpo na construção do pensamento, mas nossa discussão pouco ou nada tem a ver com o agir-pensante de Merleau-Ponty (1999), com os sentipensamentos de S. de la Torre (2001) ou com a cognição encarnada de Varela (1993). Este texto fala de uma pesquisa corporificada, mas não simplesmente encarnada, pois diz de corpos que carregam consigo memórias ancestrais, conectadas com a história dos povos que produziram a cidade de Porto Alegre por meio do emprego de seus corpos no trabalho, mas igualmente na dança, na arte, na cultura, na música, na religião, nos ritos. Assim, este texto fala de um ou muitos corpos que são corpos coletivos e que são, eles também, cidade.



Este artigo é produto de uma pesquisa que tem por objetivo afirmar a presença de territórios negros no centro da cidade de Porto Alegre. É um estudo que não busca cartografar, mas corpografar esses espaços, partindo de uma perspectiva que não dissocia a relação corpo-cidade. Não se trata, portanto, de pensar como se dão as relações dos corpos negros com a cidade, mas de entender que a produção da cidade e a produção dos corpos que nela habitam são coengendradas. O corpo e o território urbano são compreendidos como superfícies de experiência, como expressões culturais coletivas. O território em foco na pesquisa, por sua vez, é pensado não somente como espaço passivo, pano de fundo, cenário de acontecimentos importantes da cidade, mas como agente vivo, produtor de subjetividades, ferramenta de (re)existência diante das práticas segregacionistas, constantemente reeditadas na gestão do desenho urbano.

O que a gestão dos territórios de Porto Alegre fala sobre seus cidadãos? Por que pesquisar ou demarcar a presença de territórios negros no centro da cidade? Por que essa não só é uma questão de pesquisa, como também uma ação política? Essas são algumas das reflexões às quais nos dedicamos ao longo deste artigo.

2. Corpos Negros Regulados, Corpos Negros Emancipados

Para Nilma Lino Gomes (2017), “a discussão sobre regulação e emancipação do corpo negro diz respeito a processos, vivências e saberes produzidos coletivamente” (p. 94); sendo assim, pensar corpo negro, inevitavelmente, é pensar o corpo como um objeto que não se separa do sujeito (GOMES, 2017). Aquele corpo que “está em contato direto com o Outro” (MACHADO, 2014, p. 56), compondo um outro coletivo em relação de complementaridade entre o que somos e os diferentes modos como o outro nos vê e nos sente no cotidiano. A importância e a necessidade de filosofar desde o corpo são apontadas por Albânia Machado em seus estudos sobre Filosofia Africana (2014), reconhecendo o corpo como “filosofia viva, pensamento vivo, movimento da cultura, extinguindo a separação entre razão e a emoção” (p. 56), e apontando para a inconsistência da percepção do corpo como um conceito fechado/estático. O corpo é movimento, mas “não é simplesmente fonte de todo movimento e ação. O corpo, com efeito, é um acontecimento que inaugura a



existência. Não apenas É uma existência coletiva: o corpo é a forma cultural que dá forma ao corpo”. (OLIVEIRA, 2005, p. 128) Pesquisar corpos negros evoca uma escrita corporificada baseada em experiências e vivências coletivas, em contato com práticas culturais desenvolvidas nos espaços públicos.

Ao pensar os corpos negros como lugar de reconhecimento da memória a partir da voz e do corpo (MARTINS, 2003), vemos a possibilidade de deslocar a produção do conhecimento do âmbito da produção textual, aprofundando a reflexão sobre as diferentes possibilidades de operar técnicas de pesquisa. Conforme provoca Leda Maria Martins, as performances constantemente grafadas pelo corpo negro em diáspora poderão servir como ferramentas para operarmos esses deslocamentos na produção de conhecimento:

o corpo em performance é, não apenas, expressão ou representação de uma ação, que nos remete simbolicamente a um sentido, mas principalmente local de inscrição de conhecimento, conhecimento que se grafa no gesto, no movimento, na coreografia; nos solfejos da vocalidade, assim como nos adereços que performativamente o recobrem. Nesse sentido, o que no corpo se repete, não se repete apenas como hábito, mas como técnica e procedimento de inscrição, recriação, transmissão e revisão da memória do conhecimento, seja ele estético, filosófico, metafísico, científico, tecnológico, etc. (MARTINS, 2003, p. 66)

As práticas culturais negras, inscritas pelos corpos negros na formação de territórios, fazem emergir a noção de encruzilhada como um operador conceitual importante, que potencializa a

interpretação do trânsito sistêmico e epistêmico que emergem dos processos inter e transculturais, nos quais se confrontam e se entrecruzam, nem sempre amistosamente, práticas performáticas, concepções e cosmovisões, princípios filosóficos e metafísicos, saberes diversos, enfim. (MARTINS, 2003, p. 69)

Retomando a noção de corpo negro emancipado e corpo negro regulado, proposta por Gomes (2017), é notável a contribuição da autora na reflexão sobre a importância dos corpos negros para a construção de processos de resistência, “constituída de denúncia, proposição, intervenção, revalorização” (GOMES, 2017, p. 95). As lutas emancipatórias travadas ao longo dos anos pelo Movimento Negro para o enfrentamento de um cenário histórico de estigmatização e violência contra



comunidades negras centralizam a discussão sobre as diversas formas pelas quais são (re)criados os modos de (re)existir de corpos negros. “Regulação e emancipação do corpo negro são processos tensos e dialéticos que se articulam ora com maior, ora com menor equilíbrio; porém sempre de forma dinâmica e conflitiva” (GOMES, 2017, p.97), e é justamente essa tensão conflitiva que localiza a questão da ocupação de espaços públicos no centro da cidade de Porto Alegre. Tendo em vista que os processos de regulação dos corpos negros estão relacionados com o modo pelo qual foram estabelecidas as relações de dominação e opressão estruturais perpetuadas pela escravidão e, posteriormente, pelo sistema capitalista (GOMES, 2017), cabe apontar os reflexos dessas relações ao pensarmos a organização espacial da cidade. Singular ou plural?

Na entrevista do filósofo, jurista e professor Sílvio Almeida ao programa *Roda Vida*, na TV Cultura³, a afirmação de que “a cidade é um espaço político, a organização da cidade é feita de tal sorte que as pessoas entendam qual o seu lugar, inclusive sob o ponto de vista econômico, dentro da organização das cidades”, sugere-nos pensar sobre qual seria esse lugar a que se refere o entrevistado. Estudos que demonstram a presença massiva de comunidades negras nos arredores do centro de Porto Alegre e os processos sistemáticos de deslocamento forçado dessas comunidades para as “margens” da cidade (VIEIRA, 2017; ROSA, 2019) colocam em evidência este lugar de regulação dos corpos negros, que servem apenas como força de trabalho no projeto de industrialização dos centros urbanos. Para Ramos,

desafricanizar as cidades, isto é, desmontar esses territórios negros apagando os traços afro-brasileiros na cidade, era fundamental para intensificar o poder das aparências europeias, trazendo uma nova imagem de cidade para a República. (RAMOS, 2007, p. 112)

O corpo negro regulado na perspectiva da organização das cidades é, portanto, aquele corpo que forçadamente é mantido em exclusão dos projetos de modernização, tendo lugar definido nas transformações urbanas em curso desde o início do século XX até os dias atuais. No entanto, “o processo de regulação do corpo negro se deu (e

³ Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0Iw> .



ainda se dá) de maneira tensa e dialética com a luta pela emancipação social empreendida pelo negro enquanto sujeito” (GOMES, 2017, p. 98). Por isso, ressaltam-se os processos de (re)existência empreendidos pelos corpos negros mediante a produção de saberes emancipatórios, envolvendo práticas de torção do lugar de subalternidade e abrindo espaço para o então corpo negro emancipado. “O corpo negro ganha uma releitura política, afirmativa e identitária” (GOMES, 2017, p. 99), sendo que este corpo, “que antes era o outro da regulação (a alternativa), pode-se tornar em várias situações, o duplo desta (outra forma de regulação)” (Idem, p. 100).

A ideia de corpo negro emancipado – como aquele que se afirma no espaço público, sem cair na exotização ou folclorização, por meio de construções políticas e estéticas expressas pela utilização da arte e da dança como expressão e libertação do corpo (GOMES, 2017) – oferece elementos cruciais para o entendimento da constituição de práticas de resistência e produção de conhecimento por corpos negros nos centros urbanos. Ora, se as regiões onde notadamente habitam (habitar no sentido de morar/residir) as populações negras em Porto Alegre encontram-se nos arredores (“margens”) da cidade, portanto, afastadas do centro, o que fazem (ou faziam) os negros todas as terças-feiras no samba nas escadarias do Viaduto Otávio Rocha? O que isso tem a ver com práticas de (re)existência?

3. Corpografia Negra Urbana

Os estudos sobre corpografias urbanas foram iniciados por Fabiana Dultra Britto e Paola Berestein Jacques (2009), com vistas a uma crítica à espetacularização das cidades, apontada pelas autoras como um dos principais responsáveis pelos processos de privatização dos espaços públicos, de especulação imobiliária e de gentrificação das cidades contemporâneas. Com o passar do tempo, esses processos passam a configurar-se como padrões culturais de pensamento, comportamento e ação, tornando-se a lógica organizativa da dinâmica urbana (BRITTO e JACQUES, 2009).

Tendo o espaço público como *locus* do conflito – uma vez que ele inclui agentes e mobiliza diferentes agenciamentos, por vezes contraditórios – e a arte como *locus* da



experiência – pois mobiliza percepções espaço-temporais mais complexas que as normalmente atribuídas ao espaço cenográfico –, a articulação entre os estudos que compreendem os campos da dança (corpo) e da arquitetura (cidade) permitiu constituir uma análise da relação entre corpo e cidade, de modo que estejam co-implicados (BRITTO e JACQUES, 2009). Sobre este exercício de diálogo entre ambas as áreas de conhecimento e os processos de desterritorialização de conceitos, as autoras apontam:

O exercício de articulação entre arte e urbanismo, passa, pois, necessariamente, pela “desterritorialização” de alguns dos conceitos mais caros às suas respectivas especificidades como são tempo e espaço, corpo e ambiente. Desse modo, poderão se esboçar novos modos relacionais sugestivos de novos nexos de sentido, tanto aos conceitos quanto às próprias áreas de conhecimento em questão. (BRITTO e JACQUES, 2009, p. 339).

Sendo a corpografia uma cartografia corporal, parte-se “da hipótese de que a experiência urbana fica inscrita, em diversas escalas de temporalidade, no próprio corpo daquele que a experimenta, e dessa forma também o define, mesmo que involuntariamente”. (JACQUES, 2008, p. 3). Partimos da premissa de que os estudos sobre a relação entre os corpos negros e a cidade podem demonstrar alguns caminhos alternativos que tensionam os processos de manutenção da lógica excludente presente nos estudos sobre a cidade.

Sodré (2019) utilizará a dança como fator capaz de gerar espaço próprio ao abolir, mesmo que provisoriamente, as diferenças com o tempo por não ser elemento espacializado, mas espacializante, “ou seja, ávido e aberto à apropriação do mundo, ampliador da presença humana, desestruturador do espaço/tempo necessariamente instituído pelo grupo como contenção do livre movimento das forças” (SODRÉ, 2019, p. 124). A dança emerge, então, como o jogo de descentramento capaz de reelaborar simbolicamente os espaços.

Os corpos dançantes africanos contemporâneos são os artistas, xamãs, bruxas ou o divino. Seja como for, eles são recipientes que manifestam força, vitalidade, persistência, flexibilidade e beleza, mesmo em meio à tensão, ao sofrimento, à dor e à agonia. Os corpos dançantes da Diáspora africana sintetizam as condições contrariadas e marginalizadas nas quais muitos afrodescendentes vivem, e anunciam audaciosamente as vantagens da contracultura, dançando a liberação corporificada. (DANIEL, 2017, p.39)



Ao considerarmos que as corpografias urbanas resultam das experiências vividas pelos corpos na cidade e que a questão da temporalidade e da intensidade de tais experiências determinarão suas formas de inscrição (JACQUES, 2008), podemos apontar que os atravessamentos gerados pela lógica segregacionista e, conseqüentemente, racista, inscrita no desenho da formação de Porto Alegre (e de outras capitais), sugere uma experiência diferenciada quando nos referimos aos corpos negros em relação com a cidade. Nilma Lino Gomes (2017) definirá os corpos negros como corpos políticos que se constituem a partir da existência material e simbólica das negras e dos negros na sociedade. Aponta, ainda, a importância dos corpos negros como aqueles que produzem saberes emancipatórios, contestando os conhecimentos considerados hegemônicos, que historicamente produziram um “estado de ignorância”, advindo dos processos de colonialismo e escravidão. Para Gomes (2017), a percepção de corpo negro está fundamentada em processos reguladores e opressores, bem como em processos emancipatórios e libertadores. No Brasil, “passa a ter visibilidade a partir dos processos que envolvem a tensão entre adaptar-se, revoltar-se ou superar o pensamento racista que o toma como erótico, exótico e violento” (GOMES, 2017, p.94).

4. Territórios Negros Existenciais no centro de Porto Alegre

Analisando um contexto histórico de formação de centros urbanos em conformidade com a higienização das cidades, diferentes aspectos podem ser considerados. Um deles é justamente a tentativa de apagar as marcas culturais presentes nos territórios negros constituídos no final do século XIX, sendo estes “articulados pelo entrelaçamento das ruas, dos pontos de quitanda, das bicas e tanques das lavadeiras, dos encontros no mercado, dos refúgios nas matas e dos espaços de irmandades na cidade” (RAMOS, 2007, p. 109). Os projetos urbanísticos desenvolvidos no Brasil no final do século XIX e início do século XX propunham a europeização dos centros urbanos: “buscava-se a todo o custo uma aparência de território metropolitano e de tal intensidade que produzisse a convicção de ‘ser’” (SODRÉ, 2019, p. 36). Daí a necessidade de “enganar o olho”, como sugere Muniz



Sodré, tratando-se de “uma pintura, que, por meio de um jogo mimético de terceira dimensão, oferece ao olhar uma ilusão, mas fazendo crer que são reais os objetos nela representados”. (SODRÉ, 2019, p. 35) Para dar sentido à colonização europeia nas Américas em sua plenitude, e não somente por relações sociais e econômicas de dominação, reiterar as hierarquias presentes nos espaços urbanos se faz necessário.

*Nos tempos coloniais, a Europa apresentava-se como um cenário a ser reproduzido abaixo do Equador. O assemelhamento de espaços reforçava o direito de ocupação das terras colonizadas, justificando o *nomos* europeu. O que realmente importava eram as aparências do espaço metropolitano.* (SODRÉ, 2019, p. 35)

Para tanto, serão exatamente os espaços que produzem fragmentos de identidades brasileiras os que serão “interceptados pelos processos de ‘melhoramentos urbanos’ e pelos projetos urbanísticos, ocorridos em muitas cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Recife, Porto Alegre, Salvador, etc.” (RAMOS, 2007, p.106). Com isso, intensificam-se os processos de segregação territorial que organizam geograficamente as cidades brasileiras, buscando impor diversos limites aos corpos negros e excluindo os negros dos privilégios da cidadania. (SODRÉ, 2019)

O processo de modernização do centro de Porto Alegre no início do século XX marca a necessidade da resolução de um “problema estético e moral” vinculado à existência de becos e vielas visíveis na organização da região. Com isso, as populações negras e pobres que ali residiam sofrem com o impacto dos projetos de alargamento de vias públicas no processo de urbanização da cidade, o que dá origem a territórios de ocupação massiva de corpos negros, os Territórios Negros, no entorno do centro da cidade (VIEIRA, 2017). Nesse sentido, cabe aqui estabelecer uma relação dos processos históricos com o momento presente e as práticas de ocupação atuais do centro por corpos negros afetados por tais transformações históricas.

O estreito Beco do Poço é o espaço que dá origem ao viaduto da Borges de Medeiros, pomposa obra que perdurou por cerca de 10 anos, inaugurando o processo de expansão da modernidade do centro em meados de 1930 (VIEIRA, 2017). Frequentemente, o viaduto da Borges é tema de grupos de vizinhos do Centro Histórico nas redes sociais, por representar aos transeuntes um lugar de insegurança dada a existência de corpos que habita(va)m a sua parte inferior. Verdadeiras



residências feitas de pedaços de madeira de tapumes de obras e tecidos esticados e amarrados em suas pontas para abrigar do vento e proporcionar o mínimo de privacidade foram construídas pelos habitantes do viaduto. Foram, então, desmanteladas pelo poder público por pressão da classe média, incomodada com a presença de vizinhos indesejados, articulando-se ao perfeito projeto de higienização urbana orquestrado pelo governo municipal⁴. Na parte superior, em sua grande escadaria de largos degraus, o viaduto é dotado de uma arquitetura que permite aos turistas a captação de belas imagens a qualquer momento do dia. Um verdadeiro cartão postal de Porto Alegre. E é justamente esse lugar, onde é preservada a arquitetura modernista, símbolo da cidade, que às terças-feiras à noite passa por um processo de encantamento, transformando-se em um território negro.

Certa vez, fomos interrogadas sobre a necessidade de afirmar que um determinado local se caracteriza como um território negro. Não seriam ou deveriam ser todos os territórios, também eles, territórios negros? A pergunta tinha a intenção de afirmar uma lógica universalmente inclusiva aos corpos negros nas cidades. No entanto, sua formulação carrega a ideia de que seria possível haver um território como espaço passivo ou neutro, como se o território não estivesse em constante produção, como se não fosse expressão e (re)produção das relações políticas, econômicas e culturais da cidade, como se não fosse ele um espaço em constante disputa.

As práticas de exclusão e segregação que marcam a história de Porto Alegre não expressam somente um modo de organização dos espaços urbanos, mas a constituição das relações entre seus cidadãos. Os territórios são o resultado, mas são também ferramentas para isso. Sua organização e distribuição impelem-nos a viver, a sentir, a conviver de determinados modos, e não de outros. Por isso, falamos aqui de território não como espaço passivo, mas como ferramentas de ação política de produção de modos de viver, sentir, pensar e habitar as cidades.

Conforme Iosvaldyr Bittencourt Jr. (1995), o território negro existencial pode ser representado como “subespaços sociais, com características da presença acentuada de microgrupos sociais de negros que, desde a década de 70, na cidade de Porto Alegre,

⁴ Consultar: <https://www.sul21.com.br/cidades/2018/08/nao-deixaram-levar-nenhum-pertence-diz-homem-em-situacao-de-rua-sobre-acao-da-bm-no-viaduto-da-borges/> .



vêm reunindo-se em determinados pontos da área central” (p. 78). Este fenômeno pode ser observado como um importante processo de (re)existência negra que se desenvolve no espaço urbano, uma vez que, até o final dos anos 60, o centro da cidade era predominantemente frequentado e vivenciado por pessoas provenientes de classes dominantes. (BITTENCOURT JR, 1995) Para o autor, a origem da criação desses territórios negros são as práticas em que “os microgrupos sociais negros desenvolvem territórios existenciais nos quais seus integrantes realizam uma individualidade no coletivo, bem como esse se expressa no indivíduo” (BITTENCOURT JR, 1995, p.79). Para uma melhor definição:

Esse território negro é composto por diversos segmentos da população negra, que mantêm uma intensa socialidade lúdica e relações sociais de amizade. É no interior dos microgrupos sociais de negros que se instaura um território étnico-cultural com um repertório simbólico comum em torno desse universo de atuação concreta e de relações sociais plenas de estéticas singulares. Nos pontos de encontros, as representações sociais, a visibilidade estética, a multiplicidade do pensamento ideológico e a diversidade de estilos de vida e costumes acabaram por fracionar as bases de uma visão sobre uma identidade negra essencialista em inúmeras variantes socioantropológicas. (BITTENCOURT JR, 1995, p.79)

As rodas de samba que acontecem no alto das escadarias do viaduto Otávio Rocha, na Avenida Borges de Medeiros, representam uma prática de encantamento por proporcionar ao espaço usos alheios aos que lhe seriam destinados. O encantamento é “aquilo que dá condição de alguma coisa ser sentido de mudança política e ser perspectiva de outras construções epistemológicas, é o sustentáculo, não é objeto de estudo, é o que desperta e impulsiona o agir, é o que dá sentido” (MACHADO, 2014, p. 59). A escadaria da Borges, que durante a semana pode ser simplesmente um local de passagem para os transeuntes, às terças-feiras à noite transforma-se em terreiro de samba. Samba este que não se configura somente como “mera expressão musical de um grupo social marginalizado, mas um instrumento de luta para a afirmação da etnia negra no quadro da vida urbana brasileira” (SODRÉ, 1998, p. 16). Sambar na rua, ou seja, dançar, representa a capacidade de materializar a experiência vivida coletivamente, articulada ao sentido político atribuído ao corpo negro. Quando os corpos negros dançam no centro da cidade, transformam o espaço público em território negro, contrapondo a ideia de que os locais destinados para a vivência de práticas culturais negras sejam somente os bairros ditos periféricos.



O centro da cidade, que historicamente foi alvo das elites responsáveis pela implementação de políticas de urbanização baseadas em preceitos civilizatórios europeus, também é onde o processo de espetacularização e gentrificação opera de maneira intensa. Tendo em vista o significado político atribuído por Gomes (2017) à corporeidade negra, considerando-se também os deslocamentos forçados que geram segregação e marginalização das comunidades negras em Porto Alegre, entendemos a noção de *corpografia negra urbana* como um recurso metodológico possível para pensar as experiências dos corpos negros inscritas no espaço público por meio de experimentações artísticas e culturais – o dançar e o experimentar urbano de corpos negros de forma não espetacular, atribuindo sentidos diferentes aos lugares e seus usos comuns, reinventando-os e transformando-os.

A população negra porto-alegrense foi a principal vítima do processo de “engana olho” europeizante (SODRÉ, 1988) da cidade, se formos observar do ponto de vista dos deslocamentos forçados ocorridos durante o início do século XX, levando à formação de territórios negros residenciais em bairros da periferia de Porto Alegre (VIEIRA, 2017). A constituição de territórios negros em São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais brasileiras não é diferente, tendo em conta que o histórico dessas cidades também foi marcado por intensos processos de segregação racial, discriminação, marginalização e estigmatização das comunidades negras. Rolnik (2007) aponta que, “ao falarmos de territórios negros, estamos contando não apenas uma história de exclusão, mas também de construção de singularidade e elaboração de um repertório comum” (p. 76).

Corpografar a presença de territórios negros no centro de Porto Alegre é afirmar o lugar de pertencimento dos povos negros na história e na produção da cidade. É fazer do território, da dança, da festa, da celebração e do encontro na escadaria do viaduto da Borges de Medeiros, ferramenta de enfrentamento às práticas segregacionistas. É afirmar que a experimentação de corpos negros na região central não se limita a vivências relacionadas ao trabalho, considerando a necessidade de deslocamento dos negros e negras das periferias para o centro para desenvolverem suas atividades laborais. É a partir da vivência estabelecida com a cultura e a arte negra no centro que são profanados os espaços públicos, por meio das ações e comportamentos neles empreendidos, culminando em um processo de



reterritorialização do centro da cidade e perpetuando territórios negros para além das periferias.

5. Referências

- ALMEIDA, Sívio. Programa Roda Viva [Entrevista concedida a Vera Magalhães]. **TV Cultura**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0Iw>. Acessado em: setembro de 2020.
- BITTENCOURT JR, Iosvaldir Carvalho. **Relógios da Noite: uma antropologia da territorialidade e da identidade negra em Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. UFRGS. Porto Alegre, 1995.
- BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 337-349, 2009.
- DANIEL, Yvonne. O poder do corpo dançante na performance afrodescendente. **Rebento**, v. 7, n. 6, p. 17-50, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes Limitada, 2019.
- JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. Vitruvius. **Arquitextos**, v. 8, 2008.
- MACHADO, Adilbênia Freire. Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas: filosofia africana e práxis de libertação. **Páginas de Filosofia**, v. 6, n. 2, p. 51-64, 2014.
- MARTINS, Leda. Performances da Oralitura: Corpo, Lugar da Memória. **Letras**, n. 26, p. 63-81, 2003. doi:<https://doi.org/10.5902/2176148511881>.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção** (original publicado em 1945). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- OLIVEIRA, Eduardo David de. **Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da Educação Brasileira- UFC**. 2005. 353f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2005.
- RAMOS, Maria Estela Rocha. **Origens da segregação espacial da população afrodescendente em cidades brasileiras**. Espaço Urbano e Afrodescendência: Estudos da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Fortaleza: UFC Edições, 2007.



- SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. Mauad Editora Ltda, 1998.
- SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Mauad Editora Ltda, 2019
- TORRE, Saturnino. DE LA. **Sentipensar: estratégias para un aprendizaje creativo**. Mimeo, 2001.
- VARELA, Francisco., THOMPSON, Evan. & Rosh. Eleanor. . **L'inscription corporelle de l'esprit. Sciences cognitives et expérience humaine**. Paris: Editions du Seuil, 1993.
- VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800–1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

*Recebido em 11 de setembro de 2020
Aceito em 03 de novembro de 2020*

